

Escritor português repudia as telenovelas brasileiras

Cláudio Aguiar

“O que afastou Portugal do Brasil, ao longo de quase 50 anos, foi a imagem corrompida do paternalismo português instaurado durante a fase salazarista, diz José Cardoso Pires, ao iniciarmos mais esta tentativa de aproximação das literaturas brasileira e portuguesa. José Cardoso Pires é hoje um dos maiores romancistas contemporâneos de Portugal. Cardoso Pires faz ainda severa crítica aos níveis das telenovelas produzidas no Brasil e exibidas também pela TV portuguesa.

Autor de treze livros (contos, teatro e romances) com boa parte de sua obra traduzida para vários idiomas, José Cardoso Pires, 59 anos, ficou conhecido do público leitor brasileiro sobretudo após o aparecimento de “O Delfim” (Editora Civilização Brasileira, 1971), que, agora, em segunda edição, juntou-se à publicação do seu último romance – “Balada da Praia dos Cães” – ganhador, em 1982, do maior prêmio literário já realizado em Portugal pela Associação Portuguesa de Escritores, o qual brevemente será filmado numa produção franco-portuguesa sob a direção de Fonseca e Costa, tendo como protagonista principal Giamaria Volonté.

Este nosso reencontro na Espanha ocorre num momento em que José Cardoso Pires ainda está sob o impacto de sua última viagem ao Brasil, no fim do ano passado, como ele próprio a sintetiza: “Foi a quinta vez que fui ao Brasil, mas tudo se passou como se fora a primeira, porque agora conheci o Nordeste. Salvador, Recife e Olinda, Fortaleza, foram pontos marcantes desta visita, sendo que Fortaleza me impressionou profundamente. Se algum dia tiver que morar no Brasil, irei viver no Ceará”. Cardoso Pires foi o primeiro conferencista de um ciclo de debates organizado pela Universidade de Salamanca, sob a inspiração da escritora e professora Pilar Vásquez Cuesta, onde durante seis semanas passarão os principais nomes da ficção portuguesa contemporânea.

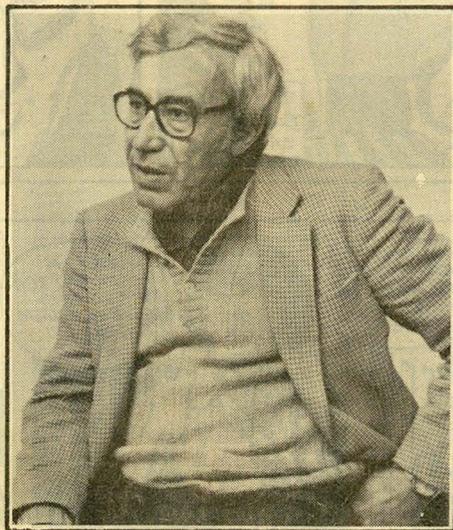
CA – Há quem fale na estética como um exercício caviloso, sobretudo em se tratando de um escritor que, mais do que qualquer outro artista, tem a obrigação de usar como fonte de inspiração

a força intelectual. A seu ver, podem ser estabelecidos limites ou fronteiras na criação literária?

JCP – Penso que a primeira preocupação do escritor, seja quando ele começa a projetar, seja quando ele chega ao final de sua obra, é caminhar com uma idéia. Explico-me: o estilo equivocado conduz sempre a uma idéia errada, assim como uma idéia errada, não pode evitar o equívoco de um estilo falso. Quanto a mim, ainda estou convencido de que o melhor escritor é aquele que domina a língua ou tem uma expressão literária através da qual não se percebe o estilo. Tudo deve se passar como nos bons filmes, onde só damos conta dessa qualidade quando eles se acabam. Os bons livros podem ser assim considerados. Só depois de lidos é que se sabe se o escritor foi ou não um criador de mão feliz. A inspiração e o uso de uma possível estética nascem com a idéia do livro ou da obra de arte, num sentido mais generalizado. Não creio na eficácia do mero exibicionismo formal. No fundo, o que há mesmo é a procura de uma idéia, ainda que o escritor, aqui ou ali, seja forçado a corrigir uma imagem. Correção, aliás, no sentido físico, sobretudo quando a imagem inicial ou a idéia básica apresentam indícios de se perder ou se deformar. A minha experiência pessoal me diz que há um momento em que descobrimos a estrutura do projeto do todo narrativo. Então, quando somos jogados diante de conflitos entre espaço e tempo sempre deve prevalecer a imaginação que é o fruto da força intelectual. Mas, isto não quer dizer que a descoberta seja o ponto de partida. Quase sempre o ato de escrever, mais cedo ou mais tarde, se amolda à maneira de contar. Daí, pode-se até dizer que a narrativa não possui obrigatoriamente um projeto inicial, mas será o próprio desenvolvimento do labor criativo que nos guiará ao final.

CA – Como você classificaria a sua literatura?

JCP – Não sei. O que eu gostaria de escrever era algo que refletisse esta imagem – **olhar no gume da faca** – quer dizer, reviver a mesma tensão que sofre o equilibrista que anda no gume da faca e, por isso, não pode cometer o menor descuido, sob pena de cair para a esquerda ou para a direita; viver um risco presente e continuado, luminoso e linear.



Cardoso Pires condena paternalismo

CA – Qual o papel do romancista na sociedade contemporânea?

JCP – Quando pensamos escrever um romance, temos em mira a obra-prima, o que, na verdade, é reflexo de uma pretensa assimilação e compreensão da vida, nas suas mais densas e recônditas raízes. O que mais gosto na nossa profissão, todavia, é desfrutar do grande encanto de nunca saber o que vai acontecer, isto é, de como vai acabar o livro, qual o personagem que triunfará, etc. E isso é, em grande medida, o que se dá na própria vida. É algo assim como passar a reinventar ou redescobrir um mundo que se perde ou precisa ser novamente trazido à realidade dos mortais, do dia-a-dia. Isso nos leva, por outro lado, a uma solidão comprazida, que é a essência do ato de escrever. É como viver a cada hora, a cada momento um prazer lúdico, onde a vida não passa de histórias por onde caminham personagens que conhecemos ou que até ignorávamos. Se isto não acontece, então, não estamos a desempenhar um papel digno perante a atualidade nem tampouco falando para as novas gerações. É neste sentido que prefiro pecar por não ser explícito em demasia, a pecar por excesso de possível clareza. Esta postura se apoia no argumento de que é preciso deixar que

o leitor participe também da obra, pois, se dizemos tudo, o que irá descobrir o leitor? Cada leitor reescreve o que está a ler.

CA – Há na literatura atual, sobretudo na latino-americana, uma questão aberta por onde passeiam criadores de obras e receitas. Júlio Cortázar, por exemplo, disse: “Os Pinochet superaram todos os monstros inocentes que possa imaginar”. Octávio Paz, com outras preocupações, preferiu “vislumbrar um não-tempo”, onde a ânsia de viver a eterna liberdade não fosse mais uma quimera entre os homens. Qual a sua visão sobre este problema?

JCP – Em princípio não creio em literaturas oficiais, apologéticas. Penso que a literatura contemporânea tem mais uma função de correção do status social, o que, por outro lado, é uma coisa diferente da literatura política. É preciso ter em mente que a política defende sempre a “ciência do possível”, enquanto que a literatura como arte tem uma distinta função. Seria, assim, como cotidianamente buscar sílaba a sílaba um ideal de perfeição. E o que põe o criador diante da ânsia de perfeição é o compromisso com o artístico e não com o político. É por causa dessa posição que o escritor deve ser sempre um inconformado com o status social, o que também se pode traduzir como indiferença à paisagem política envolvente. Por isso detesto os políticos que pensam que a literatura é um mero ornato da sociedade, um luxo da tolerância. A política é, acima de tudo, para o escritor, um aviso a distância, e, ao mesmo tempo, um motivo para a correção de caminho. Claro que há momentos excepcionais na vida dos povos, quando, por exemplo, a revolução do todo social se sobrepõe a tudo e a todos. Então, só nestes momentos históricos, a ficção poderá, naturalmente, ser impelida a uma exaltação apologética. Mas, são momentos raros. E, curiosamente, esta atitude do romancista só se justificaria se fosse um impulso íntimo e irreprimível.

CA – O êxito de “O Delfim” e, agora, a acolhida extraordinária de “Balada da Praia dos Cães”, em certa medida, podem ser explicados pelo aproveitamento desses momentos únicos e recentes da História de Portugal?

JCP – Acho que todo romance faz História. Todo romance, de uma forma ou de outra, contribui para o processo his-

tórico, porque a ficção se organiza dentro dele. A ficção não é mais do que uma etapa deste comportamento histórico. Há, todavia, outras latitudes a considerar, quando, por exemplo, se parte de personagens reais. A meu ver, não foi o que se deu na “Balada da Praia dos Cães”. Neste romance eu sugeri os dados de conteúdo e os perfis dos personagens ignorando a realidade objetiva. Só mais tarde, ao me deparar com os verdadeiros protagonistas do crime político praticado pela Pide, foi que pude descobrir que havia ultrapassado o currículo vitae de cada um deles.

CA – Há quem afirme que no Brasil se lê mais escritores portugueses do que brasileiros em Portugal. A que se deve atribuir essa distorção?

JCP – Ao nível universitário e em áreas especializadas, a afirmativa é verdadeira. Todavia, ao nível do grande público ela é redondamente equivocada. Vejamos: os escritores portugueses vivos publicados no Brasil, talvez, não passem de quatro; em contrapartida, mas de duas dezenas de escritores vivos brasileiros estão publicados em Portugal. Só para citar outro exemplo, a editora “Livros do Brasil”, de Portugal, já publicou quase cem títulos só de autores brasileiros, que abarca uma plêiade de escritores que vem desde Machado de Assis a nomes como os de Clarice Lispector, Antonio Callado e Lygia Fagundes Telles, entre outros. Há, ainda, escritores novos, de aparecimento recente, como é o caso de Ignácio de Loyola Brandão, Darcy Ribeiro e Chico Buarque de Holanda que estão sendo publicados em Portugal. Isto prova que os editores portugueses publicam mais autores brasileiros do que os editores brasileiros em relação a autores portugueses no Brasil. Além do mais, padecemos o caso das repugnantes e vergonhosas telenovelas brasileiras feitas exclusivamente para consumo do público português, ressaltando raríssimos e dignos exemplos das que se originaram de livros de Jorge Amado e Lygia Fagundes Telles. Para finalizar, diria que nenhum escritor português, nem mesmo Eça de Queiroz, teve e ainda tem no Brasil metade da popularidade que desfruta Jorge Amado em Portugal.